



IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL¹

DENOMINAÇÃO: Teatro Santa Rosa
LOGRADOURO: Praça Pedro Américo
BAIRRO: Centro

CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO: Século XIX
TIPOLOGIA PRIMITIVA: Arquitetura Civil
de Função Pública

Localizado à Praça Pedro Américo, antigo Campo Conselheiro Diogo, o prédio foi inaugurado no ano de 1889, representando uma das quatro mais antigas casas de espetáculos do país.

Em 1852, com o intuito de atender as solicitações da população da cidade, o então Presidente da Província, Sr. Antônio Albuquerque, assinou um decreto autorizando a construção de um prédio entre as atuais praças Pedro Américo e Aristides Lobo para abrigar o Teatro Público. No entanto, tendo sido as obras paralisadas em 1857, ao serem reiniciadas, anos mais tarde, lhe foi destinado acolher o Tesouro Provincial. Esse edifício onde hoje se acha instalado o Comando Geral da Polícia, embora já tenha alojado os mais diversos usos, nunca chegou a servir ao fim que lhe deu origem.

Somente em 2 de Agosto de 1873, por iniciativa da Sociedade Teatral de Amadores, foi lançada a pedra fundamental do atual teatro, tendo sido a sua construção autorizada pela Lei Provincial nº 549, de 2 de Setembro de 1874. Porém, em 1882, devido à falta de recursos de tal entidade para dar prosseguimento às obras, estas tiveram que ser suspensas.

Adquirido pelo governo na presidência Gama Roza os serviços foram reiniciados com o auxílio do Governo Imperial e, em Agosto de 1889, trinta e sete anos depois da promulgação do decreto governamental de criação do Teatro Público, o mesmo foi inaugurado.

Vicente Gomes Jardim, referindo-se à morosidade da construção do Teatro Público, teceu o seguinte comentário: “Parece que os edifícios desse gênero estão excomungados, pois sempre há má vontade para eles, isto é, aqui na Paraíba”.

O teatro já recebeu três denominações. A primeira “Teatro Santa Cruz”, no período da sua construção. Depois em homenagem ao Presidente da Província Francisco Luiz da

¹Conteúdo elaborado a partir das referências bibliográficas disponíveis no link *Acervo Patrimonial*.



Gama Roza, passou a se chamar “Santa Roza”. Implantada a República, o primeiro governador mudou o nome deste para “Teatro do Estado”; porém com a sua deposição, a junta que lhe sucedeu restabeleceu a designação anterior, a qual permanece até hoje.

O edifício constitui em exemplar típico do estilo neoclássico praticado nas províncias, existindo uma coerência entre os diversos elementos de sua fachada, mesmo após diversas reformas. Funcionou o prédio como cinema e, ao término das atividades cinematográficas, ameaçava ruir por falta de conservação. Assim sendo, para que pudesse voltar a funcionar exclusivamente como teatro, foi necessário fazer reparações que se prolongaram por quase dois anos. Foi no governo do Ministro José Américo de Almeida que se deu a obra de maior vulto ali realizada, sendo duplicada a sua área construída.

Em 1973, passou por serviços de conservação, e já em maio de 1979 a Secretaria de Educação e Cultura denunciava a situação precária em que se encontrava o prédio, que havia sido interditado por não oferecer as mínimas condições de segurança. Foram então executados os serviços necessários que ficaram a cargo da SUPLAN - Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado da Paraíba, sob a orientação da FUNCEP, tendo início em agosto de 1979, sendo concluídos em Janeiro de 1980.

Outras reformas foram realizadas desde então, sempre visando adequar este antigo teatro às exigências contemporâneas, assegurando a continuidade de sua função original e de sua história enquanto a mais antiga casa de espetáculos da cidade.

O Teatro Santa Roza esteve durante décadas na relação dos bens a serem tombados pelo IPHAEP, o que só veio a ocorrer em 02 de Dezembro de 1998, através do Decreto nº 20.136.

